Relator: MINISTRO EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES

Recorrente: TOSHIO SAIKI

Recorridos: ANTONIO VIEIRA DE MOURA E OUTROS

Autoridade Coatora: JUÍZA DA 4ª VARA DO TRABALHO DE DIADEMA

(SDI-2)
GMABB/rs

VOTO CONVERGENTE

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança, cujo ato coator é decisão proferida pelo juízo da 4ª Vara do Trabalho de Diadema/SP, que, nos autos da reclamação trabalhista nº 1000396-98.2019.5.02.0264 determinou a penhora de veículo de propriedade do ora impetrante.

O Exmo. Relator propõe o conhecimento e provimento do recurso ordinário para conceder a segurança e cessar, em última análise, os efeitos constritivos da penhora do veículo *sub judice*. Para tanto, valeu-se da fundamentação sintetizada na seguinte ementa: **RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA INTERPOSTO PELA PARTE IMPETRANTE. ATO DITO COATOR PROFERIDO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2015. EXECUÇÃO. IMPETRANTE IDOSO. PENHORA DE VEÍCULO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO EM FACE DA DECISÃO QUE REJEITOU A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ATO COATOR CONSIDERADO AQUELE QUE EFETIVAMENTE ENFRENTA O ARGUMENTO DA IMPENHORABILIDADE DO VEÍCULO ESPECIAL. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA (ART. 1, III, CRFB/88). DEVER DO ESTADO DE ZELAR PELO CUIDADO E PELAS GARANTIAS FUNDAMENTAIS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ART. 23, II, CRFB/88). MONOPRESIA DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO. DEVER DE INCLUSÃO DO DEFICIENTE FÍSICO EM SOCIEDADE. GARANTIA DE ACESSIBILIDADE. VEÍCULO COMO MEIO FACILITADOR**

DE LOCOMOÇÃO. APLICABILIDADE IMEDIATA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS (ART. 5º, § 1, CRFB/88º). PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE DO DEVEDOR. ADMISSIBILIDADE DO MANDAMUS. INAPLICABILIDADE DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 54 DA SUBSEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS II DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO AO CASO CONCRETO. DISTINGUISHING. INAPLICABILIDADE DE PRECEDENTES DO TST QUE ALUDEM À POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO DA AÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. NATUREZA JURÍDICA DE AÇÃO. CONVERSÃO DE OFÍCIO DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA PARA ASSEGURAR A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. EXCEPCIONALIDADE DO CASO CONCRETO. DESCOLAMENTO DO PEDIDO FORMULADO NA AÇÃO MANDAMENTAL DA PROPRIEDADE DO BEM PARA ABRANGER A DIGNIDADE HUMANA DA PESSOA DO IMPETRANTE. CONHECIMENTO E PROVIMENTO.

I. Consoante disposto na Orientação Jurisprudencial nº 54 da SBDI-II do Tribunal Superior do Trabalho, "*ajuizados embargos de terceiro (art. 674 do CPC de 2015 - art. 1.046 do CPC de 1973) para pleitear a desconstituição da penhora, é incabível mandado de segurança com a mesma finalidade*". Este entendimento consagrado na respectiva orientação aplica-se, analogicamente, aos casos nos quais a parte impetrante tenha oposto, na ação matriz, a forma de defesa atípica incidental mais conhecida como exceção de pré-executividade. Precedentes. No caso dos autos, todavia, o ato indicado como coator é a decisão que rejeita a exceção de pré-executividade, datada de 08 de fevereiro de 2021, tendo o mandado de segurança sido impetrado em 08 de março de 2021, ainda dentro do prazo decadencial. Registre-se que o ato impugnado não foi a decisão que determinou a constrição, em 18 de setembro de 2020, uma vez que esta não havia enfrentado o argumento de ser o veículo especial e de portador de deficiência, sendo, por isso, impenhorável. A penhora do automóvel, por sua vez, ocorreu em 25 de novembro de

2020, data da efetiva concretização da lesão. Por isso, faz-se uma distinção da vertente hipótese com os precedentes que aplicam a Orientação Jurisprudencial nº 54 da SBDI-II em situações fáticas diversas para afastá-los.

II. No caso concreto, após a penhora, a parte executada ajuizou ação de embargos à execução, a qual foi recebida como exceção de pré-executividade, uma vez que o juízo não estava garantido e em face do *"princípio da fungibilidade"*. Ao prestar informações assim se pronunciou a autoridade coatora: *"O impetrante, então, opôs embargos à execução em 30.11.2020, ID e5c6d71, os quais foram julgados liminarmente rejeitados por falta de garantia integral da execução. O Juízo ainda considerou 'Entretanto, ante a matéria abordada (impenhorabilidade de veículo pertencente a deficiente físico) e, considerando o princípio da fungibilidade recursal, recebo os embargos à execução como exceção de pré-executividade"*. O ato impugnado, portanto, via mandado de segurança é a decisão proferida nos autos da ação matriz, no curso da execução, que julgou improcedente a exceção de pré-executividade (indevidamente convertida), mantendo, com isso, a penhora do veículo Toyota/Corolla, placa FPQ2055 (fls. 18-20), adquirido em razão de o executado, impetrante, ora recorrente, se enquadrar na condição de deficiente físico, por ser portador da deficiência descrita como *"monoparesia do membro inferior esquerdo"*, conforme atestado no laudo de avaliação e atestado médico (fls. 22-23). A autoridade coatora rejeitou a exceção de pré-executividade por entender que o veículo penhorado não equivale à bem de família, que a Lei n. 8.989/95 possui escopo exclusivamente para fins de isenção tributária, que não há prova de que o sustento do excipiente dependa do automóvel e pelo fato de que *"o veículo proporcionar maior comodidade ao excipiente não significa que o priva de locomover-se, sendo certo que milhares de pessoas se encontram em situação equivalente ou pior a do devedor e se locomovem sem a utilização de veículo automotor"*.

III. Em face desta decisão a parte excipiente interpôs agravo de petição, o qual não foi processado, por incabível e, após, opôs embargos de declaração. Nessa quadra, impetrou o vertente mandado de segurança aduzindo, em síntese, que *“o automóvel se vale da mesma importância atribuída ao imóvel protegido da penhora pela lei 8.009/90, qual seja, a satisfação de necessidades extremamente relevantes, configuradas, no caso em pauta, pela locomoção e tratamento de pessoa com deficiência, à qual se demonstra imprescindível à utilização do veículo”*.

IV. Distribuído o mandamus, a 2ª Turma da SDI do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região denegou a segurança pleiteada com fulcro na orientação jurisprudencial nº 92 da SBDI-II/TST, por entender que *“não se pode considerar irrecorrível a r. decisão atacada, ante a regular oposição de Embargos à Execução recebidos como exceção de pré-executividade, cuja decisão pôde ser impugnada por meio de Agravo de Petição”*. Nesse contexto, valeu-se a parte impetrante do vertente recurso ordinário, no qual pleiteia a cassação dos efeitos do ato coator.

V. Diante das limitações inerentes à natureza da exceção de pré-executividade, forma de defesa atípica do executado, restrita às matérias de ordem pública, cognoscíveis de ofício pelo juiz, direcionada à própria autoridade coatora, com alcance muito mais limitado do que o do mandado de segurança, bem como de sua irrecorribilidade imediata, deve-se admitir o cabimento do mandado de segurança, uma vez que os embargos à execução possuem natureza jurídica de ação e exigem a garantia do juízo, especialmente em um tema cuja questão de fato é tão sensível ao versar sobre acessibilidade da pessoa com deficiência. Além disso, observa-se que o objeto do mandado de segurança se descola da propriedade do veículo penhora para abarcar a dignidade humana do próprio impetrante. O ato coator é o ato do juiz que, mesmo verificando que o veículo do executado é especial, mantém a constrição pelos fundamentos aduzidos na exceção de pré-executividade, julgada improcedente, após ter transformado medida típica (ação de embargos à execução) em medida atípica

(exceção de pré-executividade), de ofício. Desse modo, inaplicável, de igual sorte, a jurisprudência da SBDI-II que inadmite o mandado de segurança de decisão proferida em sede de exceção de pré-executividade.

VI. No mérito, considerando que a Constituição da República consagra a dignidade da pessoa humana como proposição diretora da ordem jurídica (CRFB, art. 1º, III), e, ainda, o princípio da solidariedade (CRFB, art. 3º, I), pontificando ser dever do Estado zelar pelo cuidado e pelas garantias das Pessoas Com Deficiência (CRFB, art. 23, II), e diante da aplicabilidade imediata das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais (CRFB, art. 5º, § 1º), está evidente que o veículo especial do executado, impetrante, ora recorrente, não pode ser penhorado, quer pelo princípio da proteção da pessoa com deficiência, quer em face do dever estatal de promoção de inclusão e de acessibilidade plena ao portador de deficiência.

VII. Recurso ordinário de que se conhece e a que se dá provimento para conceder a segurança e cessar, em última análise, os efeitos constritivos da penhora do veículo *sub judice*.

São irretocáveis as conclusões a que chegou o Exmo. Relator, razão pela qual com ele **convirjo**, rogando vênias para apresentar os fundamentos que me conduziram a esta conclusão.

Com efeito, descortina-se a discussão de mérito sobre a ilegalidade de ato em que determinada a penhora de veículo adaptado para pessoa com deficiência, que ora figura como impetrante.

Tendo em vista a sensibilidade e a excepcionalidade da matéria de fundo, em primeiro lugar, acompanho a fundamentação do voto condutor no tocante à necessidade de se mitigar, na hipótese, o conteúdo da OJ nº 54, tornando admissível a ação mandamental.

Com efeito, em decisão proferida em 8/2/2021, o juízo da execução determinou a penhora do veículo do impetrante. Na ocasião, nada se mencionou acerca da tese de impenhorabilidade do automóvel, sob a ótica de se tratar de bem destinado à inclusão social do impetrante, pessoa com deficiência. Na decisão está consignado, *verbis*:

Id. c460575: Incluem-se os Executados TECNO CART EMBALAGENS LTDA - CNPJ: 61.031.902/0001-80, TOSHIO SAIKI - CPF: 217.634.538-04 e EMIKO MIYAI SAIKI - CPF: 157.840.288-39 no cadastro de devedores do BNDT e do SERASA.

Dê-se ciência ao Exequente de que foi dada visibilidade aos documentos sigilosos INFOJUD/DOI. Expeça-se Alvará a favor do Exequente, conforme decisão de Id. b7170a7.

Após, em prosseguimento à execução do crédito remanescente, expeça-se mandado de penhora do veículo de placa FPQ 2055S, pertencente ao Executado TOSHIO SAIKI (Id. 06a5190).

Determino, ainda, a expedição de mandado de pesquisa patrimonial em face da Executada natural packing embalagens ltda - CNPJ: 08.416.459/0001-82, vez que ainda não expedido.

DIADEMA/SP, 18 de setembro de 2020.

LOURDES RAMOS GAVIOLI

Juiz(a) do Trabalho Substituto(a)

Após a efetiva penhora, o impetrante apresentou e embargos à execução, que fora indevidamente recebido como exceção de pré- executividade, nos seguintes termos:

Vistos. ID. bb20a63:

Tendo em vista que o Juízo não está integralmente garantido, deixo de processar os embargos à execução opostos pelo Executado Toshio Saiki.

Entretanto, ante a matéria abordada (impenhorabilidade de veículo pertencente a deficiente físico) e, considerando o princípio da fungibilidade recursal, recebo os embargos à execução como exceção de pré-executividade.

Intime-se o Exequente para manifestação, em 05 dias. Apresentada manifestação ou decorrido o prazo concedido, venham os autos conclusos para prolação de decisão.

Intime-se. DIADEMA/SP, 11 de dezembro de 2020.

LOURDES RAMOS GAVIOLI

Juiz(a) do Trabalho Substituto(a)

(fl. 45)

Em seguida, examinando as razões apresentadas na então recebida exceção de pré-executividade, houve a análise da tese acerca da impossibilidade de se proceder à penhora do veículo, por se tratar, entre outros, de veículo destinado à locomoção de pessoa com deficiência. Veja-se a fundamentação adotada pelo julgador:

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de exceção de pré-executividade oposta pelo executado Toshio Saiki, ao argumento de que o veículo Toyota/Corolla, de placa FPQ 2055 é impenhorável, uma vez que é de propriedade de pessoa com deficiência física, que depende do automóvel para se locomover. Além disso, menciona que o veículo se vale da mesma importância atribuída ao imóvel protegido da penhora pela Lei n. 8.009/90.

Impugnação do exequente às fls. 544/547.

Relatados, decide-se.

Diante da matéria suscitada, conheço da Exceção de Pré-Executividade.

No mérito, inicialmente verifico que **o excipiente demonstra que o veículo Toyota /Corolla, placa FPQ2055 foi adquirido, em razão de ele se enquadrar na condição de deficiente físico (fl. 556 - id 5a0472d - Pág. 2), por ser portador da deficiência descrita como "monoparesia do membro inferior esquerdo", conforme atestado no laudo de avaliação e atestado médico (fl. 559/560 - id 5a0472d - Pág. 5/6).**

Ocorre que embora demonstrado que o excipiente se enquadre na condição de deficiente físico para fins de aquisição de veículo automotor, com isenção do Imposto de Produtos Industrializados - IPI, nos termos da Lei n.

8.989/95, tal situação não tem o condão de tornar o bem impenhorável.

Com efeito, o objetivo da lei é facilitar a aquisição de veículo automotor, com isenção de determinados tributos, a fim de proporcionar mais conforto e qualidade de vida a esta parcela da população.

Contudo, além de referido bem não estar relacionado no art. 833 do CPC, que descreve quais bens são impenhoráveis, é certo que o veículo automotor não equivale a bem de família, mormente porque não existe privação ao seu direito de moradia.

Além disso, observa-se que o reclamante não depende do automóvel para manter a sua subsistência, uma vez que não existe nenhuma demonstração de que o seu sustento advenha de referido bem.

De mais a mais, o fato de o veículo proporcionar maior comodidade ao excipiente não significa que o priva de locomover-se, sendo certo que milhares de pessoas se encontram em situação equivalente ou pior a do devedor e se locomovem sem a utilização de veículo automotor.

Nesse sentido, a jurisprudência, abaixo citada:

(...)

Portanto, considerando que o veículo penhorado não é impenhorável, nos termos do art. 833 do CPC, tampouco pode ser considerado equiparado a bem de família, mantenho a penhora que recaiu sobre o bem.

PELO EXPOSTO, conheço da Exceção de Pré-Executividade id. bb20a63 e, no mérito, julgo-a IMPROCEDENTE.

Prossiga-se na execução, com a realização de hasta pública.

Pois bem.

É inconteste que o impetrante é pessoa com deficiência, por possuir monoparesia do membro inferior esquerdo.

Afirma o impetrante que, em razão disso, o veículo objeto da constrição é vital à sua locomoção – e, acrescento, à sua plena inclusão na sociedade.

Não fossem esses aspectos, os quais, efetivamente, singularizam o caso concreto, a admissibilidade da ação mandamental, mediante a mitigação da OJ nº54 desta Subseção, não seria viável.

Explico.

Extrai-se dos atos processuais praticados no feito subjacente que o impetrante almejou a tutela jurisdicional na via ordinária e na ação mandamental, objetivando, por ambos os meios processuais, cessar a determinação de constrição de seu automóvel.

Nesse sentido, a impugnação ordinária do ato coator em que determinada a penhora de automóvel, mediante a reiterada interposição de recursos (embargos à execução e agravo de petição) afastaria a admissibilidade da ação mandamental, por óbice da OJ nº 54, da SDI-2. A esse respeito, ilustrativamente, é precedente firmado por esta Corte, no bojo do processo nº Ag-ED-ROT-136-14.2020.5.13.0000, de relatoria da Ministra Morgana de Almeida Richa (DEJT 23/09/2022).

Não obstante, compreendo que o conteúdo do ato coator efetivamente encerra situação teratológica, que autoriza a admissão do *mandamus*.

De fato, o juízo coator determinou a constrição do automóvel do impetrante adotando a tese de que o bem não estaria protegido por qualquer qualidade de impenhorabilidade.

Nesse sentido, discorreu que **(i)** a deficiência física do impetrante não tornaria o bem impenhorável, embora tenha direito à *“aquisição de veículo automotor, com isenção do Imposto de Produtos Industrializados - IPI, nos termos da Lei n. 8.989/95”*; **(ii)** o automóvel não estaria previsto no rol de bens não sujeitos à penhora, conforme previsão do art. 833, do CPC e ele **(iii)** não equivaleria à *“bem de família, mormente porque não existe privação ao seu direito de moradia”*; **(iv)** inexistiria, *in casu*, qualquer violação ao direito de locomoção, *“sendo certo que milhares de pessoas se encontram em situação equivalente ou pior a do devedor e se locomovem sem a utilização de veículo automotor.”*.

Em um primeiro lugar, a autoridade coatora considerou que no caso concreto existiria um único bem jurídico a ser

tutelado: a execução do crédito trabalhista, observando-se os limites dispostos nos artigos 832 e 833 do CPC.

Portanto, a análise foi empreendida valendo-se de uma interpretação restritiva, orientada pela centralidade do **objeto** passível de penhora, conforme regras da processualística civil.

Entretanto, há outro bem jurídico a ser tutelado no caso concreto: a liberdade de ir e vir e a dignidade do executado, pessoa com deficiência (**sujeito**), cuja inclusão social está vinculada a garantia de mecanismos que, ao menos, atenuem as barreiras que vedam o pleno exercício de sua cidadania.

Nesse aspecto, não é demais rememorar que em 25 de agosto de 2009 a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi a primeira a ser recepcionada pelo ordenamento jurídico brasileiro com status de emenda constitucional. Após seis anos de vigência da Convenção Internacional, o Estado Brasileiro instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, por meio da Lei n. 13.146/2015.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência é documento jurídico que congrega direitos e garantias sociais oriundas da árdua articulação política das pessoas com deficiência, ao longo de mais de 40 anos.

Por meio de suas articulações, buscava-se a positivação de direitos em instrumentos jurídicos produzidos **por** pessoas com deficiência e **para** elas¹.

No plano formal, a gradativa conquista de direitos das pessoas com deficiência foi acompanhada da superação das ultrapassadas terminologias utilizadas para fazer referência a essa categoria de cidadãos.

Outrora denominados como *“defeituosos”*, *“deficientes”* ou *“excepcionais”*, em nítida **objetificação** de sua existência,

---

¹ PEREIRA, Livia Barbosa. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e justiça: novos contornos das necessidades humanas para a proteção social dos países signatários. 2013. 170 f. Tese (Doutorado em Política Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2013

tais eufemismos terminológicos refletiam o olhar discriminatório da sociedade sobre as pessoas com deficiência, o que seguia acompanhado da exclusão jurídica, ante a ausência de proteção específica, mediante critérios equitativos de inclusão.

Até meados da década de 1980 imperavam, pois, concepções médicas, segundo as quais as pessoas com deficiência representavam uma “*subversão à normalidade*”².

Isto é, toda a existência da pessoa com deficiência poderia ser reduzida à sua própria deficiência. Trata-se, aqui, das concepções doutrinariamente classificadas como oriundas do “modelo biomédico da deficiência”.³

Diminuta era, à época, igualmente, a proteção jurídica desses cidadãos.

Com a promulgação da Constituição Federal, o leque de proteção jurídica das pessoas com deficiência foi ampliado, momento em que os termos “*peçoas portadoras de deficiências*” ou “*portadoras de necessidades especiais*” passaram a ser adotados.

A alteração da terminologia representou gradual prospecção quanto à conquista de cidadania das pessoas com deficiência – o que se coadunou com o espírito inclusivo da Constituição Cidadã.

Tendo em vista que linguagem e terminologia encerram um *signo linguístico arbitrário* – na acepção de Ferdinand Saussure (2003)⁴ –, que reflete concepções sociais, culturais e, nessa esteira, jurídicas, acerca da extensão dos direitos a determinadas categorias, os termos adotados pela Constituição Federal (*portadores de necessidades especiais* e *peçoas com necessidades especiais*) ainda

---

² SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. Revista Nacional de Reabilitação Reação, São Paulo, v.5, n. 24, p. 1, jan./fev. 2002. Disponível em: <<http://bauru.apaebrasil.org.br/arquivos.phtml?t=3316>>. Acesso em: 31 de mar. de 2017

³ DINIZ, Débora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007. 89 p.

⁴ SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de lingüística geral. Trad de A. Chelini, José P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix; USP, 1969.

refletiam os módicos direitos conquistados pelas pessoas com deficiência.

Nesse paralelo entre *significante* e *significado* linguísticos e a aquisição de direitos pelas pessoas com deficiência, são pertinentes as reflexões de Siqueira:

[...] Posteriormente, foi incorporada a expressão “pessoas portadoras de deficiência”, com o objetivo de identificar a deficiência como um detalhe da pessoa. A expressão foi adotada na Constituição Federal de 1988 e nas estaduais, bem como em todas as leis e políticas pertinentes ao campo das deficiências. Conselhos, coordenadorias e associações passaram a incluí-la em seus documentos oficiais. Eufemismos foram adotados, tais como “pessoas com necessidades especiais” e “portadores de necessidades especiais”. **A crítica do movimento a esses eufemismos se deve ao fato de o adjetivo “especial” criar uma categoria que não combina com a luta por inclusão e por equiparação de direitos. Para o movimento, com a luta política não se busca ser “especial”, mas, sim, ser cidadão. A condição de “portador” passou a ser questionada pelo movimento por transmitir a ideia de a deficiência ser algo que se porta e, portanto, não faz parte da pessoa.** Além disso, enfatiza a deficiência em detrimento do ser humano. (SIQUEIRA, 2010, p. 17, grifo nosso).⁵

Alcançar, assim, a qualidade jurídica de ser um cidadão significava o distanciamento do movimento de objetificação –ou, ainda, de *abjetificação*– das pessoas com deficiência.

---

⁵ SIQUEIRA, Ivani de .Introdução. História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (comp.). Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), enfim, cunhou o termo “pessoa com deficiência”. Trata-se de expressão que *“põe em relevo a pessoa, define com precisão sua desvantagem sem elidi-la”*⁶.

É diante desse giro epistemológico – pessoas com deficiência como **sujeitos** de direitos – que o Estatuto da Pessoa com Deficiência estabeleceu que, para fins jurídicos, considera-se “pessoa com deficiência” toda aquela que tem impedimento de longo prazo de qualquer natureza que *“em interação com uma ou mais barreiras, pode **obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas**”*. (art. 2º, *caput*, da Lei nº 13.146/2015).

Nessa mesma linha, observa-se que um dos fundamentos do Estatuto é justamente proporcionar que as pessoas com deficiência possam exercer seus direitos e liberdades plenamente.

É o que se verifica da leitura do art. 3º, I e IV da Lei 13.467/2016, conjugada com os fundamentos da República, notadamente o direito à cidadania e à dignidade humana (art. 1º, II e III, da CF), por meio dos quais se chega à conclusão de que a **acessibilidade** da pessoa com deficiência, com a supressão de barreiras, é um dos pilares para o gozo pleno de seu direito de ir e vir (art. 5º, XV, da CF).

O art. 3º, incisos I e IV da Lei 13.467/2016 estão assim redigidos:

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na

---

⁶ CHAGAS, Ana Maria de Resende. Avanços e impedimentos para a construção de uma política social para as pessoas com deficiência. 2006. 114 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2006. p. 13

zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;

III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;

b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

Não é viável, a partir disso, manter o entendimento do acórdão regional, no sentido de que *“o fato de o veículo proporcionar maior comodidade ao excipiente não significa que o priva de locomover-se, sendo certo que milhares de pessoas se encontram em situação equivalente ou pior a do devedor e se locomovem sem a utilização de veículo automotor.”*.

Ora, o objetivo da lei 13.416/2016 e do art. 1º, III e IV, da Constituição Federal é de se almejar e propiciar às pessoas com deficiência, tanto quanto possível, **locomoção plena** – e não se suprimí-la mediante o argumento abstrato de que *“milhares de pessoas se encontram em situação equivalente ou pior a do devedor”*.

Nesse cenário, é inequívoco que a participação e a inclusão social das pessoas com deficiência estão intimamente relacionadas à sua **liberdade de movimento/locomoção** - ou liberdade de ir e vir, nos termos da Constituição Federal-; à fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade e mobilidade.

É a partir dessa nova alçada epistemológica, que a discussão jurídica acerca da (im)possibilidade de penhora do veículo do recorrente, pessoa com deficiência, deve ser examinada.

Com efeito, os documentos trazidos aos autos dão conta de que o veículo automotor do impetrante, alvo da penhora, proporcionava-lhe a efetivação do direito de ir e vir. Isto é, a inclusão social do impetrante era assegurada pelo bem alvo de penhora.

Tal constrição, contudo, à luz dos princípios basilares da Constituição Federal e da própria Lei 13.146/2016, não pode ser chancelada por esta Corte.

Isso porque seriam sensíveis os prejuízos aos direitos de ir e vir do impetrante, cujo impacto alcançaria, ademais, seu direito à plena inclusão social e, por conseguinte, na sua condição de cidadão-sujeito de direitos.

Não se afirma com isso que a satisfação do crédito trabalhista, que se busca seja adimplido mediante a penhora do veículo automotiva, seja irrelevante.

Em verdade, trata-se, aqui, da hercúlea tarefa de se sopesar, de um lado, o direito à satisfação do crédito trabalhista, de natureza alimentícia e, de outro lado, os direitos de ir e vir e de pleno acesso à inclusão social do impetrante.

Inexiste, no entanto, regra jurídica específica que permita se chegar à mais adequada solução deste caso concreto e de outros similares.

Diante disso, parece-me possível estender a este caso concreto a compreensão jurídica já fixada por esta Corte naqueles em que examinadas a (i)legalidade da penhora de salário de devedores que auferiram rendimentos baixos.

Nesses casos se compreendeu que, na ponderação entre o direito do reclamante à satisfação de seu crédito e a subsistência do executado, impõe-se a salvaguarda deste último, **naquelas hipóteses em que a penhora levaria o executado a sobreviver com menos de um salário mínimo.** (Eg.: (ROT-2116-81.2021.5.05.0000, Subseção II Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Evandro Pereira Valadao Lopes, DEJT 28/10/2022).

No caso concreto, a penhora do veículo automotor do impetrante imporia ao executado árduo ônus, restringindo-lhe, entre outros, o direito de ir e vir e, igualmente, de gozar de sua plena inclusão social.

É com fulcro nisso, portanto, que se estabelece, neste caso concreto, a impenhorabilidade do veículo ora examinado, a despeito de inexistir previsão no artigo 833 do CPC.

Assim, diante da inequívoca necessidade de se tutelar os direitos fundamentais de primeira e segunda gerações do impetrante, não há outra solução possível senão a de se proceder ao provimento do recurso ordinário do impetrante para conceder a segurança e cessar os efeitos constritivos da penhora do veículo *sub judice*.

PROCESSO Nº TST-ROT-1000902-22.2021.5.02.0000

Em virtude disso, **CONVIRJO** com o Exmo. Relator pelas razões acima apresentadas, não sem antes parabenizá-lo pelo costumeiro brilhantismo de seu voto condutor.

É como voto.

Brasília, 20 de setembro de 2022.

ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

Ministro

ALBERTO BASTOS BALAZEIRO:64204
Assinado de forma digital por
ALBERTO BASTOS BALAZEIRO:64204
Dados: 2022.11.18 01:16:39 -03'00'